
**A INTERPRETAÇÃO GEOESTRATÉGICA DO ESPAÇO
E O SENTIDO FUNCIONAL DE SEGURANÇA**

João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldês

A INTERPRETAÇÃO GEOESTRATÉGICA DO ESPAÇO E O SENTIDO FUNCIONAL DE SEGURANÇA (*)

1. INTRODUÇÃO

Na perspectiva desta análise, o estudo da «componente horizontal do espaço» (1) corresponde ao desenvolvimento de um modelo (2) parcial de interpretação da dinâmica do «espaço», considerado como vínculo geográfico do Poder.

Justifica-se, assim, que a interpretação do seu sentido só se traduza em realidade actuante, ao admitir, como pressupostos, um quadro geopolítico de referência e um cenário estratégico base.

Estes serão os elementos que introduzem, no desenvolvimento da sua caracterização, o sentido dinâmico da situação envolvente (3), única forma de facultar conclusões sobre o seu real significado no tempo (4).

Responder-se-á, assim, à especificidade própria da análise geoestratégica, a qual corresponde, com uma intensidade cada vez maior, a imperativos derivados do sentido holístico inerente à forma de repercussão e de interacção dos fenómenos no Mundo contemporâneo.

(*) Este artigo reflecte o teor de conferências e intervenções para que, nesta área, o autor foi solicitado em 1983 e 1984, nomeadamente na Escola Superior do Exército (Madrid), no 1.º Curso de Verão do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (Ofir), no Instituto de Defesa Nacional (Lisboa) e no Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (Sintra).

(1) Que, como será referido, envolve a consideração de referências diversas como a extensão, posição, configuração e a caracterização do ambiente natural, entre cujas componentes se incluem a geomorfologia, hidrografia, clima, solo e vegetação.

(2) Como conceito de modelo é aqui suficiente considerar «uma formulação da realidade, antecedida por um determinado esquema conceptual que a interpreta, através de um certo número de hipóteses admitidas».

(3) Segundo o qual toda a situação se constitui em «movimento», o que vem possibilitar o entendimento do presente, pelo estabelecimento de uma «ponte» entre o passado e o futuro próximo.

(4) Não há constância na interpretação do significado geoestratégico do «espaço» — a sua validade revela-se no intervalo de tempo a que se refere.

Por isso se procurará uma aproximação aos traços fundamentais de envolventes, para fazer realçar o fluir entre o nacional, o regional e o internacional, no qual emergirá o reforço da necessidade do agrupamento de países em alianças, pactos e comunidades, como forma de garantir segurança, através da afirmação da credibilidade da dissuasão (*).

Porque na Europa Ocidental, em função da «paralisação nuclear» as ameaças se manifestam, fundamentalmente, por estilos de acção indirectos (em que a lassidão, a abulia, a usura, as contradições e os antagonismos de sentimentos e interesses são explorados com a finalidade de obter dividendos sob formas de influência ou de domínio), avultará a importância crítica das «estratégias de tempo de paz». Nestas, surgirá o sentido funcional que deve presidir à estruturação dos vários tipos de associações de Estados, em correspondência, portanto, com uma «especialização» dos seus componentes, tendo em vista o «conceito de espaço» tal como será formulado.

No que à Geografia Física diz respeito, tratar-se-á, portanto, de a interpretar dinamicamente, como elemento base de partida da actividade humana, a um tempo clarificador dos sucessos e insucessos das sociedades históricas e da natureza das funções geoestratégicas que, no período considerado, são específicas a cada estado, no permanente esforço de harmonização dos seus interesses vitais com a forma da sua inserção, regional e global, nos sistemas de relações internacionais. Nesta óptica, o estudo da Geografia Física não só contribui para a salvaguarda dos fins servidos pelas estratégias nacionais como também concorre para o reforço das coerências regionais (pelo mitigar de tensões), razão que conduz à sua projecção, como valor acrescentado, na defesa de interesses conjuntos, particularmente quando respeitantes a alianças nas quais os Estados procuram um imprescindível complemento de segurança.

2. O AMBIENTE ESTRATÉGICO GLOBAL

a. O Conceito de Espaço

O intenso desenvolvimento científico e tecnológico, verificado após a II Grande Guerra, projectou-se em todo o amplo espectro das actividades e dos meios envolvidos na concepção e na realização estratégicas.

(*) Desenvolvida nos diversos âmbitos das Estratégias Gerais.

Acredita-se porém que, neste domínio, a real dimensão da evolução verificada só surja quando avaliada em termos da alteração verificada no conceito de «espaço».

A noção de «espaço», que é a um tempo natural e resultante da interacção Homem-ambiente, tem vindo, efectivamente, a ser encarada com um significado crescente, particularmente porque a tipologia daquela interacção aponta para que tanto o político como o estratega e o economista se sintam conduzidos à consideração da Terra como um todo, no qual os fenómenos se repercutem numa estreita inter-relação, independentemente do lugar onde ocorram.

Esta verificação de uma intensiva ressonância dos fenómenos no Mundo, a qual corresponde não só à consciência da ameaça imposta pela escassez (*) como também ao reflexo do crescimento, em exponencial, do ritmo da evolução tecnológica (†), reflecte-se, necessariamente, num diferente «sentido do espaço» gerador da actual especificidade da dinâmica do Poder.

Será, pois, a interdependência e a globalização dos fenómenos que estará na origem da evolução do significado do conceito de espaço para uma amplitude e dinamismo que permite admiti-lo como a resultante de três componentes:

- uma, correspondente à integração dos conceitos de extensão, posição, configuração, morfologia e recursos naturais em Geografia Física (componente horizontal);
- outra, respeitante ao inter-relacionamento dos factos económico, tecnológico, social, cultural e demográfico em Geografia Humana (componente vertical); e
- a terceira, como a expressão da interacção, num determinado período, das duas primeiras (componente temporal).

O «espaço» pode ser assim considerado como o próprio objecto dos estudos geográficos e, como tal, o suporte imprescindível ao dinamismo,

(*) Particularmente no respeitante aos actuais modelos socioeconómicos do mundo desenvolvido (os quais representam, de qualquer forma, o motor do progresso da humanidade).

(†) Projectado nas economias, nas comunicações de transporte e de relação, nos meios e processos de guerra, na viabilidade das organizações transnacionais e internacionais e nas perspectivas de conquista do espaço exterior.

necessariamente implícito no conceito de análise estratégica, sentido segundo o qual é plenamente assumido como o meio a partir do qual a estratégia se desenvolve e onde se materializa também.

De entre as alterações verificáveis nos diversos factores de natureza geográfica (*), a contracção verificada na terceira componente do espaço — o tempo — é que se afigura como a que teve maior impacte na análise estratégica: ela trouxe consigo uma noção alargada de «continuidade do espaço», resultante de um desenvolvimento intensivo da actividade humana num gigantesco e, por enquanto, fechado sistema circulatório (**).

Este tipo de análise conduz então à consideração da «circulação» — entendida como sentido dinâmico das comunicações de relação e de transporte — não só como resposta a imperativos decorrentes da interacção dos elementos humano e físico do «habitat», mas também como influenciadora, em retorno, da própria evolução do conceito de espaço.

Efectivamente, ao influir na variabilidade de cada uma das componentes do espaço, a «circulação» passa a constituir, por si própria, um importante vector actuante na globalização dos fenómenos e, como tal, elemento essencial no estabelecimento e evolução da organização política do espaço e na estruturação e operação das expressões de poder daí resultantes.

Na sua componente — comunicações de relação — ressalta com uma importância decisiva na organização e desenvolvimento das sociedades humanas, fundamentalmente através da difusão de ideias e da transmissão de dados e informações, cuja oportunidade é, hoje em dia, imprescindível ao exercício das actividades políticas e estratégicas, nomeadamente à expressão do poder ideológico.

Na sua outra componente — as comunicações de transporte — surge cada vez mais como condição de possibilidade da eficiência e de eficácia dos sistemas administrativos e comerciais, da logística de produção e da capacidade de aplicação dos potenciais, logo elemento decisivo da Política e da Estratégia.

(*) Largamente tratadas por diversos analistas, como Vicens Vives, Célérier, Cohen, Cline, Beaufre, entre outros.

(**) O que não implica, necessariamente, a total perda de significado das distâncias e dos obstáculos que mantêm a sua importância relativa em termos económicos, de usura e de tempo, embora já somente quando considerados em termos globais.

Globalmente poder-se-á, então, concluir que a tecnologia de ponta, posta ao serviço da circulação, trouxe consigo o duplo efeito: se por um lado aumentou a capacidade singular de controlo e de intervenção dos diversos actores da cena internacional nos sistemas em que se movimentam, por outro conduziu a um processo de colectivização das suas atitudes e comportamentos.

Terá sido, pois, esta progressiva modificação do «sentido do espaço» para um «sistema de circulação integrado e contínuo» (onde somente têm sentido as expressões funcionais dos vários elementos que o integram), o vector que, no pós-guerra, vem introduzindo uma nova amplitude e dinamismo à interpretação dos factores geográficos⁽¹⁰⁾, nomeadamente quando se tem em vista a operação de modelos de análise estratégica.

b. *O Impacte do Facto Nuclear*

As duas potências vencedoras da II Grande Guerra — os EUA e a URSS —, a primeira desde logo detentora de um poder nuclear excessivo⁽¹¹⁾ e ainda mal controlado, e a segunda, armada de uma ideologia universalista ameaçante (a qual viria, mais tarde, a apoiar-se num poder nuclear equivalente), acabaram por impor ao Mundo um sistema global de relações caracterizadamente bipolar⁽¹²⁾. Foi, pois, num tal contexto que a sociedade tecnológica passou a organizar-se e a actuar, sem dúvida dentro de limites progressivamente mais amplos e complexos, mas sempre em função da principal direcção de confronto: a direcção Este-Oeste, cujo desenvolvimento apresenta, como constante, o pano de fundo da dissuasão nuclear.

Nesta óptica, o poder nuclear (que integra em si as clássicas expressões terrestre, marítima e aérea do Poder) ressalta como um limiar estratégico omnipresente e, como tal, determinante no ambiente vincadamente sistémico em que os cada vez mais numerosos e diversificados actores da cena internacional se viram forçados a movimentar-se. Esta razão aponta

⁽¹⁰⁾ Tanto de natureza física como humana.

⁽¹¹⁾ Porque desproporcionado em relação aos objectivos políticos a atingir, através da guerra.

⁽¹²⁾ O qual se mantém, pesem embora alguns indícios do seu possível esbatimento, verificáveis a partir da década de 60.

para que o Facto Nuclear, emergente do pós-guerra, constitua um fenómeno vincadamente caracterizador e condicionante de toda a dinâmica política e estratégica, quer de âmbito global quer regional⁽¹³⁾.

De facto, a utilização da energia nuclear para fins militares, optimizada, hoje, pelo aperfeiçoamento tecnológico dos vectores transportadores⁽¹⁴⁾, pelo controlo científico dos efeitos, pela miniaturização, pela precisão e pela fiabilidade, está na origem de um específico comportamento político e estratégico, com profundos reflexos na dinâmica do Poder.

Esta especificidade decorre da actual necessidade de manter em equilíbrio um sistema, no qual as acções e reacções se desencadeiam num quadro limitado pela sempre possível e presente ameaça do confronto nuclear total com a destruição mútua assegurada que, a ocorrer, alteraria por completo toda e qualquer formulação geopolítica e geoestratégica concebida do antecedente.

O equilíbrio deste sistema é caracterizável pelo seu artificialismo num ambiente de violenta competitividade, isto porque é:

- por natureza instável, uma vez que resulta de uma concepção dinâmica de correlação de forças;
- dominado pela escassez que, dada a finitude do espaço por enquanto envolvido, se reflecte em todos os domínios⁽¹⁵⁾;
- fortemente influenciado por ideologias de vocação universalista⁽¹⁶⁾;
- vincadamente marcado pela aceleração crescente do ritmo da revolução tecnológica⁽¹⁷⁾.

⁽¹³⁾ Respeitando, tanto ao internacional como ao intranacional.

⁽¹⁴⁾ Mísseis balísticos e plataformas terrestres, marítimas (de superfície e submersas), aéreas e espaciais.

⁽¹⁵⁾ O que pode ser esquematizável, segundo três vectores:

Físico — extensão e recursos naturais...

Humano — estruturas culturais, financeiras, económicas, científico-tecnológicas...

Tempo — reforço da importância das percepções, o risco da automatização, a criticidade do poder efectivo...

⁽¹⁶⁾ De natureza política, socioeconómica ou religiosa que se revelam como um factor multiplicador da competitividade.

⁽¹⁷⁾ Como forte impacte no processo geral de desadaptação do Homem ao ambiente e no reforço da diversidade.

Nele podem ocorrer três fenómenos: o seu desequilíbrio accidental, o voluntário (por escalada ou não) — e em qualquer dos casos o confronto nuclear total, ou seja, o apocalipse —, ou, então, a manutenção de uma correlação de forças que mantenha a situação de tensão abaixo do limiar da crise — situação que podemos designar por «Paz Nuclear».

Num tal sistema, a Política e a Estratégia das Superpotências⁽¹⁸⁾ são desenvolvidas num clima de crise continuada, em que os respectivos comportamentos de conflito se caracterizam por uma situação de incerteza sobre o limiar da crise, cuja ultrapassagem desencadearia o confronto nuclear. O risco implícito nesta dinâmica faz emergir a necessidade de um apertado e ajustado controlo na gestão da crise, o qual reforça a exigência do tratamento integrado da Política e da Estratégia⁽¹⁹⁾.

Aqui se revela, pois, a importância da Geografia⁽²⁰⁾, isto porque quaisquer modelos de interpretação de uma tal realidade operam no espaço finito, objecto do estudo desta Ciência. Ela contribuirá para dar consistência à compreensão da diversidade de percepções acerca das «diferenças» existentes nas e entre as diversas regiões, sejam elas de natureza estratégica ou política⁽²¹⁾.

Não repugna, pois, aceitar a actualidade da atitude de análise geoestratégica, uma vez que a crescente «escassez» impõe o estudo dinâmico do «espaço» para a permanente avaliação de possibilidades, limitações e riscos presentes e previsíveis, quer no emprego ou ameaça de emprego⁽²²⁾ de formas de coacção⁽²³⁾, como no fazer face a ameaças

(18) Detentoras de um poder incomparavelmente superior ao do mundo anexo e, como tal, ocupando uma posição determinante e privilegiada no sistema.

(19) Referido já por Pierre Célérier, a propósito dos agentes intervenientes na Política e na Estratégia. «... pensar em unísono, por vezes a ponto de constituírem uma mesma entidade ...» (em «Géopolitique e Geostratégie», 1969).

(20) Ibid., a propósito do comportamento dos políticos e dos estrategos, refere: «... os factores geográficos são para todos eles dados de base comuns e, simultaneamente, condições de validade das soluções, elas também, necessariamente comuns ...».

(21) Região Estratégica: parcela de espaço política ou culturalmente orientada para poder opor-se, potencialmente, a um inimigo comum, ou cujo controlo altere significativamente a relação de forças existente.

Região Política: parcela de espaço que se diferencia como unidade política soberana.

(22) Dissuasão.

(23) Como Beaufre referiu «... é no espaço geográfico que se irão diferenciar as zonas que incluem, para cada um dos adversários, as ameaças de valor diferente». (Em «O Factor Geográfico na Dissuasão», 1969.)

vitais⁽²⁴⁾ e marginais⁽²⁵⁾, acções que, de qualquer forma, são sempre materializadas no «espaço» em que o Homem se insere e se movimenta.

Admitindo, agora, que a dinâmica do confronto entre as duas actuais Superpotências implica uma divisão espacial em «Zonas Santuário, Zonas Cobertas pela Dissuasão, Zonas de Incerteza e Zonas de Conflito»⁽²⁶⁾, é oportuno equacionar-se o comportamento possível de outros actores intervenientes no sistema.

Para os que possuem algum poder nuclear este parece visar, sem grande margem para dúvida, a exclusiva defesa dos seus interesses vitais⁽²⁷⁾ e, eventualmente, constituir um vector na expressão da sua influência regional ou trans-regional⁽²⁸⁾.

De qualquer forma, as possibilidades e limitações postas ao seu comportamento e atitudes decorrem, em grande parte, do seu posicionamento no Mundo. Assim, verifica-se uma «paralisação» nas «Zonas Cobertas pela Dissuasão», uma relativa «permissividade» nas «Zonas de Incerteza» e uma «liberalização» nas «Zonas de Conflito»⁽²⁹⁾ com a consequente proliferação de confrontos de natureza diversa⁽³⁰⁾.

⁽²⁴⁾ As que alteram significativamente o equilíbrio anterior.

⁽²⁵⁾ As que, embora afectem o equilíbrio, podem ser compensadas.

⁽²⁶⁾ Esquema que reflecte a percepção bipolar do confronto, no qual:

As Zonas Santuário correspondem aos territórios nacionais das duas Superpotências; caracterizam-se por estarem salvaguardadas pela certeza de uma capacidade de resposta nuclear de patamar igual ou superior à ameaça.

As Zonas Cobertas pela Dissuasão correspondem a áreas de «interesse vital» para as Superpotências, onde é admissível o desenvolvimento de estratégias indirectas, a intervenção directa das Superpotências com meios clássicos contra terceiros e, no limite, o confronto nuclear limitado entre as duas Superpotências com os inerentes riscos de escalada.

As Zonas de Incerteza, conceito fluido, cuja essência corresponde a situações conjunturais de acumulação de vantagens ou desvantagens em regiões particularmente críticas do Globo; nelas se admite o desenvolvimento de estratégias indirectas, de confrontos clássicos controlados sem a directa intervenção das duas Superpotências e o emprego limitado do fogo nuclear por entrepostas potências.

As Zonas de Conflito, campo, por excelência, das estratégias indirectas, com vasto emprego de meios convencionais; o fenómeno de acumulação de ganhos ou perdas «marginais» nestas Zonas pode provocar a emergência de «Zonas de Incerteza».

⁽²⁷⁾ Representados no seu peso relativo nas Alianças, numa limitada capacidade de intervenção no sistema global de relações e na garantia dos direitos soberanos, pela credibilidade da sua actuação no patamar nuclear em caso de ameaça à sua sobrevivência.

⁽²⁸⁾ O prestígio como função potenciadora de «Zonas de Influência».

⁽²⁹⁾ Nestas Zonas as Superpotências procuram atingir os seus objectivos «marginais», preferencialmente através da influência de «potências de segunda ordem» ou de «potências inferiores» por estas manipuladas.

⁽³⁰⁾ Coloniais, intra-estatais e interestatais, segundo a classificação de Bothoul e Carrère em «Défi de la Guerre». O Primeiro-Ministro britânico, Margareth Thatcher, referiu em Junho de 1982 que, a partir de 1945, poderiam ser já enumerados 120 conflitos de envergadura.

Aqui ressalta, também, a importância das interpretações de base geográfica. Efectivamente, devido ao carácter dos conflitos dominantes⁽²¹⁾, torna-se notório o importante papel dos modelos de interpretação da dinâmica do «espaço» para avaliação quer das condições de possibilidade de projecção de Poder para o exterior do núcleo emanador quer das opções sobre os próprios pontos de aplicação. Por outro lado, considerando agora o patamar nuclear, em termos de estados-membros de uma Aliança, aquilo que para uns é vital num determinado momento não o é, necessariamente, para outros, aspecto este que sobressai com grande acuidade na análise geoestratégica.

Passando, agora, às Potências desprovidas de capacidade nuclear, a dinâmica do sistema impõe que a resultante dos factores de natureza geográfica⁽²²⁾ constitua a mais permanente condição de possibilidade para a sua afirmação política e estratégica. Efectivamente, a análise da sua interacção, quando prespectivada em termos de «circulação», faz ressaltar potencialidades e restrições que constituem premissas para a optimização das escassas oportunidades de expressão que lhes são permitidas. A interpretação geoestratégica surge então aqui, com acrescida oportunidade, enquanto auxiliar precioso para a compreensão do quadro envolvente e para o processo de tomada de decisão, imprescindíveis aos mecanismos de actuação⁽²³⁾ dos quais fazem parte os alinhamentos, realinhamentos e não alinhamentos, tanto de âmbito regional como global.

Com esta sintética abordagem à caracterização do ambiente estratégico que caracteriza a sociedade tecnológica, dominada pela consciência da escassez, pela globalização dos fenómenos e pela «incerteza nuclear», procurou-se sublinhar a permanência do valor das análises desenvolvidas numa base geográfica⁽²⁴⁾, pesem embora as alterações, por vezes profundas, verificáveis no significado dos factores de análise.

⁽²¹⁾ Clássicos e subversivos.

⁽²²⁾ Obtida através da interpretação do significado conjuntural, entre outros, da posição, extensão, configuração, estrutura física, recursos naturais, demografia e etnografia, condições culturais e científico-tecnológicas.

⁽²³⁾ Sempre intimamente relacionados com a defesa de interesses nacionais, como sejam o reforço das condições de independência para protecção em relação a expressões hegemónicas, ou a obtenção de contrapartidas no âmbito da segurança e do desenvolvimento.

⁽²⁴⁾ Imprescindíveis, tanto ao político como ao estrategico, ambos inseridos num mesmo ambiente sistémico que os obriga a decidir em unísono.

Através da interpretação apresentada conclui-se ainda que aquelas análises conduzem, de uma forma ou outra, à aquisição de um mais ajustado e consistente «sentido do espaço», segundo o qual a «continuidade» e a «diversidade» ressaltam como elementos fundamentais da «circulação».

Surge-nos assim, com particular relevância, o estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao Homem que, ao objectivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego ou ameaça de emprego de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica — ou seja, a atitude de análise geoestratégica.

c. Perspectiva Geoestratégica

Numa escala global, a distribuição das Terras e dos Mares, analisada no quadro da actual dinâmica do Poder⁽³⁵⁾, aponta para a consideração do Mundo como um único e integrado «espaço de circulação», no qual as terras emersas sobressaem como um conjunto insular formado por quatro ilhas, de entre as quais, pela sua vastidão, sobressaem o Velho Mundo ou Ilha Mundial de Mackinder⁽³⁶⁾ e o Novo Mundo ou Ilha Americana⁽³⁷⁾.

Estas constituem duas realidades físicas que, em face dos gelos do Árctico⁽³⁸⁾, se apresentam como subpenínsulas de um só «grande continente mundial».

As outras duas ilhas são os conjuntos Australiano⁽³⁹⁾ e da Antárctida⁽⁴⁰⁾.

A conjugação da posição relativa ocupada pelas terras que emergem do «mundo das águas» com a distribuição mundial do clima permite, então, concluir que, do ponto de vista estratégico, aquelas encerram em si um «espaço oceânico interior de circulação», constituído pela articulação do Atlântico com o Índico⁽⁴¹⁾.

⁽³⁵⁾ Onde o Facto Nuclear constitui, como já foi sublinhado, o vector predominante.

⁽³⁶⁾ Conjunto formado pela Eurásia e Ásia.

⁽³⁷⁾ Conjunto formado pela América do Norte, América Central e Caraíbas, e América do Sul.

⁽³⁸⁾ Espaço de circulação fundamental do confronto atómico intercontinental.

⁽³⁹⁾ Região intimamente ligada ao Mundo Marítimo que se fecha sobre a ilha polar.

⁽⁴⁰⁾ Região «tampão do Mundo» que, pelo vazio do Poder, pode considerar-se como um «anti-heartland».

⁽⁴¹⁾ Aqui sobressai a importância do cone Sul da África (no qual a RAS representa a sua expressão fundamental) por materializar o estreitamento deste espaço de circulação.

Para além destas figuras, resta o vasto «contínuo aquático» — o Pacífico que é um oceano exterior⁽⁴³⁾.

No «grande continente mundial» existem, actualmente, dois «Heartland»⁽⁴⁴⁾, ambos no Hemisfério Norte. No conjunto Euroáfrica-Ásia, a maior massa terrestre, o «Heartland Continental Soviético»⁽⁴⁴⁾ com limitado acesso aos oceanos (interior e exterior); no conjunto americano o «Heartland Insular Norte-Americano»⁽⁴⁵⁾ com amplos acessos a qualquer um dos espaços oceânicos (interior e exterior). Estes «Heartland» enfrentam-se directamente pelo Norte, através da região polar ártica — espaço fundamental de circulação aérea e submersa para o confronto nuclear intercontinental. No interior do «grande continente mundial», flanqueando os dois Heartland, surge um «espaço anfíbio» — o Atlântico Norte e a Europa Marítima (onde o «espaço ibérico» se integra) — o qual, no seu conjunto, constitui o espaço fundamental de circulação marítimo-terrestre para o confronto por meios clássicos e nuclear limitado.

Analisemos, agora, a dinâmica do comportamento geoestratégico destes nodos de poder de primeira ordem.

O «Heartland Continental Soviético» depende apenas do seu núcleo origem de Poder⁽⁴⁶⁾. A partir dele pode conduzir uma manobra flexível de avanços e recuos, logo de expansão, em continuidade e contiguidade, para o exterior do núcleo emanador ou, então, de retracção para o seu interior. Este espaço, relativamente autárcico do ponto de vista económico e estratégico, permitiu-lhe, já, a construção autónoma de um poder militar equivalente ao da Potência Marítima, porém não lhe facultou, ainda, a liberdade de acção suficiente para atingir um grau de vantagem definitivo.

⁽⁴³⁾ Salpicado pelas pequenas ilhas do Hawai e da Oceânia e ligado no «Oceano Interior» por passagens difíceis, cujo controlo passa pela Antárctida, pelo cone Sul da América, pela Austrália e Sudeste Asiático.

⁽⁴⁴⁾ No sentido de Sversky.

⁽⁴⁴⁾ *Glacis* defensivo, protegido pelos gelos a Norte e pela sua extensão, em profundidade, na direcção Este. Aberto a Oeste no prolongamento europeu da planície asiática, cobre-se a Este pela região hostil da bacia do rio Lena e, a Sul, pelos desertos arábico, iraniano, tibetano e mongólico (em correspondência com o conceito de Mackinder — segunda fase).

⁽⁴⁵⁾ *Glacis* defensivo, protegido a Norte por extensos escudos florestados e gelados, e, a Oriente e Ocidente, pela conjugação da vastidão oceânica e pelas cadeias montanhosas costeiras, abre-se a Sul, no funil mexicano.

⁽⁴⁶⁾ Devido ao carácter rígido e centralizado da sua prática política e económica.

Daí que a sua maior vulnerabilidade seja a possibilidade de alteração da sua estabilidade interna, a qual constitui a premissa da «energia excedentária»⁽⁴⁷⁾ que aplica no desenvolvimento de uma estratégia de oportuna e sistemática ocupação de vazios do Poder criados, quer circunstancialmente, quer por sua iniciativa ou em exploração de erros do adversário.

Com estes pressupostos, compreende-se que materialize o fundamento terrestre da sua expressão do Poder por uma atitude de expansão por linhas interiores, fundamentalmente dirigida sobre as regiões costeiras do «espaço oceânico interior». Esta sua acção é conduzida tendo em vista canais de circulação terrestre preferenciais⁽⁴⁸⁾ ou que, conjunturalmente, ofereçam uma maior probabilidade de alongamento até ao mar⁽⁴⁹⁾.

O «Heartland Insular Norte Americano», detentor à partida da vantagem que lhe é conferida pela liberdade de circulação⁽⁵⁰⁾, depende não só da «energia excedentária» gerada no seu núcleo origem de Poder como também das amarrações longínquas dos seus canais de movimento. O seu sentido é-lhe conferido pela capacidade de projectar Poder sobre costas longínquas⁽⁵¹⁾, razão porque estas constituem não só premissa da sua capacidade de actuação como também condição de possibilidade, no tempo, para alcançar a supremacia sobre o «Heartland Continental». Porém, em contrapartida, uma hipotética indisponibilidade de amarração aos espaços transoceânicos representaria a perda da razão de ser da sua essência, logo do seu Poder — daí que as costas longínquas constituam a sua maior vulnerabilidade.

Admitindo estes pressupostos, compreende-se também que materialize o fundamento marítimo da sua expressão do Poder por uma atitude de compressão por linhas exteriores, fundamentalmente assente no controlo de «check points» e na sua projecção para o interior dos espaços marginais da ilha Mundial. Nesta sua acção de contenção utiliza o «canal de

(47) Na acepção de B. Cohen.

(48) Referenciáveis na constância histórica das suas intenções.

(49) A sua actual capacidade naval e espacial permite-lhe, já, a actuação, com êxito, em continuidade no «espaço».

(50) A abertura da sua prática política e económica constitui um factor multiplicador desta vantagem.

(51) Com particular relevo para as do «espaço oceânico interior».

circulação anfíbio», proporcionado pelo controlo dos espaços oceânicos⁽⁵²⁾ e pela disponibilidade de pontos de amarração nas costas longínquas⁽⁵³⁾.

Em termos geoestratégicos, a dinâmica de comportamento entre os dois nodos de Poder de primeira ordem, respectivamente assentes nas realidades físicas e humanas dos «Heartland» em que se consubstanciam, não só define uma relação estratégica predominante como também sublinha o ascendente relativo, ainda muito vincado, do Hemisfério Norte⁽⁵⁴⁾.

Com base nestas hipóteses, é oportuno salientar os traços geoestratégicos dominantes do espaço interior de cada uma das duas grandes «ilhas mundiais».

No Velho Mundo, referem-se os seguintes espaços parcelares:

- O Euro-Norte Asiático, correspondente ao «Heartland Continental Soviético»⁽⁵⁵⁾; assenta no significado continental da articulação da planície asiática com a europeia.
- O Euro-Norte Africano, correspondente à Europa Ocidental⁽⁵⁶⁾ e Magreb, cujo sentido lhe é conferido pelo significado marítimo das suas costas atlânticas e do interespaço mediterrânico.
- A Charneira do Velho Mundo, correspondente ao Nordeste Africano (corno de África incluído) e o Próximo e Médio Oriente. O seu sentido é-lhe conferido por constituir, em conjugação com os cinco mares que a bordejam e repartem, um nó de articulação intercontinental⁽⁵⁷⁾, que contém a passagem interior de alternativa para a ligação do Atlântico ao Índico. A sua importância é acrescida pelo facto de, entre Baku e Omam, se situarem cerca de 3/4 das reservas energéticas de origem fóssil do Mundo.

⁽⁵²⁾ Com ênfase para o «espaço oceânico de circulação interior».

⁽⁵³⁾ A sua capacidade aérea e espacial permite-lhe dispor de uma imediata, mas limitada, capacidade de intervenção directa no Mundo, desde que possa utilizar bases oceânicas intermédias.

⁽⁵⁴⁾ A emergência do Hemisfério Sul é mais sensível no âmbito da Geopolítica.

⁽⁵⁵⁾ Onde a URSS emerge como gerador e catalizador de Poder, ou seja, uma região fulcral com capacidade global.

⁽⁵⁶⁾ Nodo do Poder de segunda ordem — espaço económico com capacidade limitada, cultural e ideologicamente ligado ao Novo Mundo.

⁽⁵⁷⁾ Esta Região está muito ligada à Europa Ocidental, ao Paquistão na Ásia do Sul e à África a Norte do Sara.

- A África subsaariana, cujo sentido lhe é conferido pela sua especificidade cultural, pela sua excêntrica continentalidade em relação à Eurásia e pelo facto de ser a única região da Ilha Mundial com uma periferia que drena, em continuidade, para toda a vastidão do «espaço oceânico de interior circulação».
- A Ásia do Sul e Sudeste⁽⁵⁸⁾ cujo sentido lhe é conferido pelo seu isolamento físico, conferido pelo maciço dos Himalaias e pelos seus prolongamentos a Ocidente e Oriente.
- A Ásia Oriental⁽⁵⁹⁾, cujo sentido lhe é conferido pela sua separação física em relação aos dois «Heartland» e pela abertura para o «grande oceano exterior». Estas circunstâncias motivam as suas apetências regionais em relação ao Sudeste Asiático e o seu tendencial escorregamento para o Pacífico.

Nestes espaços ressalta, como área de decisão estratégica, a «Charneira do Velho Mundo» e os seus prolongamentos Ocidental e Oriental: para Ocidente, o remanescente da bacia do Mediterrâneo que inclui as regiões com características para-insulares europeias que drenam para este mar⁽⁶⁰⁾, as suas ilhas e a extensão pela África a Norte do Saara que se prolonga até ao Noroeste Africano; para Oriente a região do Baluchistão e do Sudeste Asiático peninsular e insular.

Esta faixa de transição marítimo-terrestre, cuja continuidade é só quebrada pela Índia, apoia-se a Ocidente na Europa Marítima e, a Oriente, na Austrália; a Norte, situam-se o «Heartland Continental Soviético» e a China e, a Sul, a África a Sul do Saara.

Quanto ao Novo Mundo, destacam-se os seguintes espaços parcelares:

- A América do Norte, correspondente ao «Heartland Insular Norte Americano»⁽⁶¹⁾; assenta no significado do seu isolamento face aos gelos do Norte, no estrangulamento interamericano⁽⁶²⁾, e nas vastas

⁽⁵⁸⁾ Formada pelo Paquistão, Índia, Bangladesh e Sudeste Asiático, onde a Índia emerge como uma potência regional tendencialmente neutral.

⁽⁵⁹⁾ Continental e insular, onde a China constitui um poder autónomo com expressão global e o Japão emerge como poder regional pró-occidental.

⁽⁶⁰⁾ Grécia, Albânia, Jugoslávia, a Itália do Sul e a Espanha mediterrânica.

⁽⁶¹⁾ Onde os EUA emergem como pólo do poder de primeira ordem, ou seja, como região nodal com capacidade global.

⁽⁶²⁾ Provocado pelos recortes da penetração marítima do mar das Caraíbas e golfo do México, associada ao recorte da costa do Pacífico (golfo da Califórnia).

costas que oferece aos dois espaços oceânicos de circulação (o interior e o exterior).

- A Charneira do Novo Mundo⁽⁶³⁾ que assenta no significado físico e humano da bacia do mar das Caraíbas⁽⁶⁴⁾, no facto de integrar um istmo interoceânico de ligação entre as quase-ilhas do Norte e do Sul e na disponibilidade de hidrocarbonetos.
- A América do Sul⁽⁶⁵⁾, cujo sentido lhe é conferido pela sua especificidade cultural⁽⁶⁶⁾, pela sua excêntrica quase-insularidade, pela dissociação das costas que oferece a cada um dos espaços oceânicos de circulação (interior e exterior), e pelo facto de, a Sul, se fechar sobre a ilha polar⁽⁶⁷⁾.

Nestes espaços ressalta, como área particularmente sensível⁽⁶⁸⁾, a «Charneira do Novo Mundo», que se considera constituída pelo istmo continental — a América Central — e pelas ilhas das Caraíbas⁽⁶⁹⁾. Esta área apresenta dois prolongamentos continentais: para Norte, o México que avulta como uma sub-região de amortecimento e, para Sul, a região ribeirinha Norte do Continente Sul-Americano.

Esta contínua faixa regional de transição marítimo-terrestre apoia-se a Norte, directamente, na fronteira dos EUA e, a Sul, na fronteira do Brasil.

⁽⁶³⁾ Espaço americano de articulação Norte-Sul, culturalmente ligado ao Mundo Hispânico da América do Sul.

⁽⁶⁴⁾ Onde ressaltam as suas ilhas e penínsulas e o canal do Panamá, alternativa imprescindível à ligação entre os espaços oceânicos de circulação (exterior e interior).

⁽⁶⁵⁾ Onde emergem com particular significado o Brasil e a Argentina. O primeiro, uma «ilha cultural» no Continente Sul-Americano, corresponde a um espaço multirracial de expressão lusíada com uma capacidade emergente de poder global propiciada pela vastidão territorial com extensas costas para o Atlântico, pela expressão demográfica e pelos seus imensos recursos naturais. A segunda corresponde a um importante espaço cultural de expressão hispânica com uma capacidade emergente de poder regional; a sua importância é acrescida pelo controlo das passagens interoceânicas ocidentais que partilha com o Chile.

⁽⁶⁶⁾ De raiz portuguesa e espanhola.

⁽⁶⁷⁾ Este espaço está, de qualquer forma, muito ligado ao dinamismo económico dos EUA.

⁽⁶⁸⁾ Crítica para os EUA e, portanto, para o Mundo Ocidental.

⁽⁶⁹⁾ Onde Cuba constitui um pólo ideológico antagonico, não regional.

Neste aproximar da aurora do século XXI podem, em síntese, retirar-se algumas conclusões acerca do que caracteriza a envolvente da sociedade tecnológica:

- O sentido integrado do espaço estratégico num único ambiente sistémico de circulação.
- O peso ainda particularmente sensível dos países desenvolvidos, na sua quase totalidade concentrados no Hemisfério Norte, e a permanência da extensão das suas «zonas de impacto»⁽⁷⁾ no sentido dos meridianos.
- O predomínio dos dois pólos principais de Poder (os EUA e a URSS), situados também no Hemisfério Norte, os quais, detendo possibilidades semelhantes no espaço aéreo e no espaço exterior, se diferenciam pelo significado real das suas expressões marítima e terrestre, pese embora o sentido integrado do Poder, intrínseco à actual capacidade e comportamento das duas Superpotências.
- O pulsar da Eurásia, onde transparece o significado da «Ilha Mundial» e da faixa que nela é envolvente do «Heartland Continental Soviético», espaço diversificado onde se decide o seu confronto com o «Heartland Insular Norte Americano».
- A existência de dois espaços, particularmente sensíveis, correspondentes às duas Charneiras do Mundo — a do Novo Mundo, crítica para a segurança do «Heartland Insular Norte Americano», e a do Velho Mundo que, sendo fundamental à segurança da Europa, faculta uma relativa margem de manobra para o desenvolvimento da estratégia global das duas Superpotências.
- A permanência directa e indirecta da Europa como espaço fundamental no confronto dominante, cujo sentido se mantém Este-Oeste.
- A perspectiva de uma influência crescente do Hemisfério Sul, na evolução dos comportamentos no sistema global de relações, o qual ainda se caracteriza por uma intensiva competição desenvolvida em ambiente de confronto violento.

⁽⁷⁾ No sentido dinâmico atribuído por Samuel Bernard Cohen em «Geography and Politics in a Divided World».

3. O AMBIENTE ESTRATÉGICO EUROPEU

a. Considerações sobre Segurança

A evolução verificada no modo de coexistência entre as Nações aponta para um repensar dos conceitos de «Guerra» e «Paz», uma vez que a exteriorização destes fenómenos sofreu uma alteração sensível.

Efectivamente o Facto Nuclear gerou uma nova amplitude no desenvolvimento das Estratégias Indirectas, o que trouxe consigo um novo significado para a «Paz» e para a «Guerra» consoante os níveis e as perspectivas de análise.

Nesta circunstância reside uma explicação possível para a situação de «guerra condicionada», implícita no conceito de «Paz Nuclear», a qual constitui a experiência da nossa época, vivida num cenário em que a dissuasão nuclear constitui o modelo de sobrevivência.

A «Guerra Condicionada» corresponderá, então, ao desenvolvimento violento⁽¹⁾ da oposição de vontades⁽²⁾, numa amplitude regional que não ultrapasse o limiar do risco de envolvimento directo das duas superpotências.

É, pois, nesta óptica de «insegurança» que caracteriza o ambiente actual que deve ser compreendido um desdobramento do significado de «Segurança» em três sentidos:

- o restrito, respeitante ao conceito Segurança Nacional, o qual visa, fundamentalmente, a integridade territorial, o exercício da soberania e a independência, ou seja, a defesa de um modo de estar no Mundo;
- o amplo, respeitante ao conceito de Segurança Regional, o qual visa, fundamentalmente, a defesa de interesses conjuntos onde se inclui a protecção contra a violentação de carácter ideológico ou económico;
- o universal, respeitante ao conceito de Segurança Colectiva, o qual visa a garantia da Paz e a defesa da Humanidade.

(1) Por confrontos de natureza clássica ou subversiva.

(2) Onde é verificável a permanência do fundamento ideológico.

Em qualquer dos sentidos considera-se como ameaça à «Segurança» toda a acção interna ou externa, directa ou indirecta, que se manifeste sob a forma de violência política, económica, ideológica ou militar^(*).

O facto das expressões Segurança Nacional e Segurança Regional excluírem, por si, o sentido universal e indivisível de Paz, implícito no conceito de Segurança Colectiva, conduz a que se hierarquizem como componentes interactuantes desta última, razão pela qual devem ser entendidas como inseridas num processo de aproximação.

Nesta perspectiva, porque a garantia da Segurança, nos seus sentidos restrito e amplo, não pode ser dissociada do seu sentido universal, torna-se fundamental o esforço de compatibilização entre as estratégias nacionais e as regionais, tendo em vista os interesses globais^(**).

Emerge aqui, portanto, vincadamente, a importância crescente das estratégias nacionais de tempo de paz como processo de adequação, de âmbitos genético, estrutural e operacional, ao ambiente de mudança, característico do equilíbrio dinâmico dos sistemas regionais e colectivos.

b. *Inserção Geopolítica*

A Europa Ocidental, berço da civilização moderna, centro e capital do Mundo até à Segunda Grande Guerra, pese embora o muito que perdeu da sua importância relativa^(***), mantém-se, apesar de tudo, como um dos mais importantes centros de actividade cultural, política, económica e tecnológica, pelo que ainda constitui, sem dúvida, um dos pólos da humanidade. A este facto não são no entanto estranhas as suas projecções culturais ocidental americana^(****), oriental europeia, e meridiana africana.

Com os seus 350 milhões de habitantes ultrapassa a URSS, mesclada de povos asiáticos, e os EUA, cuja população integra um vasto contingente de raiz africana.

(*) Com carácter nuclear, clássico ou subversivo.

(**) O que corresponde a um deslocamento das estratégias do âmbito nacional para o regional e, deste, para o universal.

(***) Em parte devido às dificuldades surgidas no processo consequente à descolonização do seu vasto império, reforçadas, nomeadamente, por fenómenos como os anticolonialismos e neonacionalismos radicais, explorados pelo comunismo internacional.

(****) Norte, Centro e Sul.

A sua capacidade económica, quando comparada com a das Superpotências, se bem que mais vulnerável, tem uma ordem de grandeza semelhante à dos EUA, a qual supera, largamente, a da URSS.

Numa primeira aproximação poder-se-á então dizer que a sua importância geopolítica tem uma mesma ordem de grandeza, relativa também.

Esta Europa, revitalizada hoje, após uma fase de declínio⁽⁷⁷⁾, está politicamente retalhada pela longa luta dos Estados-Nação e, desde a II Grande Guerra, confronta-se, sob a protecção dos EUA, com a outra Europa⁽⁷⁸⁾, num processo de oposição à Rússia soviética.

Procuremos, então, os parâmetros do seu posicionamento.

Ao centrarmo-nos na direcção do relacionamento Este-Oeste, depa-ram-se-nos dois subsistemas de interacção sobrepostos:

EUA — EUROPA OCIDENTAL — URSS (SENTIDO OCIDENTAL)

EUA — URSS — CHINA (SENTIDO OCIDENTAL)

(SENTIDO ORIENTAL)

e um outro que se sobrepõe ao segundo

EUA — JAPÃO — CHINA (SENTIDO ORIENTAL)

Dentre estes, o determinante é o bidireccional EUA — URSS — CHINA.

Porém, com o surgimento de um sexto espaço de interacção⁽⁷⁹⁾ — o Terceiro Mundo, amálgama instável e heterogénea de países com tendência para o não alinhamento e polarizáveis, circunstancialmente, em torno da criticidade dos recursos que possuem e das posições que ocupam⁽⁸⁰⁾ — levantou-se uma dúvida com grande impacte na dinâmica dos subsistemas enunciados: onde e como se irão inserir estes países? a Oeste (EUA), a Este (URSS) ou ao Centro (Europa Ocidental)? Conseguirá, no todo ou em parte, o espaço por eles ocupado alcançar um grau suficiente de unidade, ou dispersar-se-á em torno de pólos regionais emergentes?

Este é um dos problemas dominantes do nosso tempo⁽⁸¹⁾, particularmente crítico para o Japão e para a Europa Ocidental⁽⁸²⁾. Nele se inter-

(77) Afirmação que não é invalidada pela crise em que actualmente ainda se debate.

(78) Cujas parcelas mais vincadamente europeias foram artificialmente subtraídas, no pós-guerra, do seu conjunto cultural.

(79) Cujas importâncias se tem vindo a avolumar a partir da década de 60.

(80) Como aconteceu com as tomadas de posição da OPAEP.

(81) Progressivamente acrescido pelo fenómeno da escassez, pela galopante evolução da tecnologia, pela violência da concorrência dos dois sistemas económicos em competição e pela radicalização dos confrontos ideológicos.

(82) Devido à enorme dependência em recursos naturais críticos.

penetram, globalizando-se, as dinâmicas do Velho e Novo continentes, das culturas ocidentais e orientais, do marxismo e do capitalismo, dos pacifismos, dos colonialismos, dos racismos, do cristianismo e do maometismo, dos sobre e subdesenvolvidos, das talassocracias e das epirocracias.

É neste cenário que encontramos a Europa Ocidental, intimamente associada à Potência Marítima — os EUA —, mas dela fisicamente distanciada, não só pela interposição de um vasto espaço oceânico como também pela expressão concorrencial do seu tipo de economia comum. Se é facto que esta Europa se movimenta com um dinamismo político, cultural, tecnológico e económico actuante⁽⁶⁵⁾, não é menos verdade que apresenta uma resultante ideológica quebrantada por uma lassidão, talvez própria da sua adiantada civilização marítima.

A outra Europa — a Centro Oriental —, mais jovem, assente e integrada por um controlo hegemónico que emana, em contiguidade, da Potência Terrestre — a URSS —, avulta couraçada pelo isolamento e armada com uma ideologia comum, universalista e militante. A sua expressão externa é, por um lado, limitada por consequências das suas características físicas, como a diversidade do espaço a controlar, a extensão das suas fronteiras terrestres e a sua posição e, por outro, minorada pelas suas vulnerabilidades internas, resultantes de contradições geradas pela autocracia do Poder e pelas numerosas nacionalidades, do espartilho limitativo implícito no fechamento do seu sistema económico centralizado e, ainda, da ameaça latente de movimentos ideológicos de carácter religioso.

Estas duas Europas que constituem, no seu conjunto, um espaço de amortecimento e desgaste entre as duas Superpotências — a Americana e a Euro-Asiática —, estão em contacto directo com uma fronteira artificial entreposta. Esta situação constitui uma fonte de tensões e, muito particularmente, de elevados riscos.

Neste confronto entre os dois Blocos, a Europa Ocidental ressalta como uma «porção de espaço intermédio» onde se sobrepõem os interesses das duas Superpotências, porém com um sentido particularmente crítico para os EUA. Na realidade, sendo a região com a qual, dos pontos de vista cultural, político, económico e tecnológico, mais vincadamente se materializa

⁽⁶⁵⁾ Com uma particular capacidade de diálogo cooperante no Terceiro Mundo, com relevo para a África.

a própria essência de Potência Marítima, natural é que constitua o seu principal e imprescindível espaço de amarração e interiorização transoceânico.

Apanhada nesta encruzilhada de interesses, compreende-se a forte ligação, em salutar competitividade⁽⁶⁴⁾, entre a Europa Ocidental e os EUA. É neste quadro que, através de um desenvolvimento integrado, procura ultrapassar as suas divergências internas, a fim de alcançar uma unidade financeira, económica, tecnológica e militar que lhe faculte uma maior afirmação em relação aos EUA e uma maior capacidade de contenção em relação às democracias populares europeias, de maneira a acrescentar o peso da sua posição nos sistemas de interacção mundiais. Esta a razão pela qual surge, como implícito também no seu escorregamento da Europa Continental para o Atlântico, o reforço da sua ligação geopolítica ao Continente Africano. Daí o sentido acrescido, para a Europa Ocidental, do Mediterrâneo e do desenvolvimento do diálogo Norte-Sul.

c. Caracterização Geoestratégica

No quadro global definido, a Europa surge então como uma parcela do Velho Mundo, limitada a Norte pelos mares gelados do Ártico, a Oeste pelo Atlântico, a Sul pelo mar Mediterrâneo, mar Negro, istmo Caucasiano e mar Cáspio e, a Este, pelos montes Urais.

Corresponde, assim, a um «cabo da Eurásia», no qual a Europa Ocidental⁽⁶⁵⁾ constitui a sua parte peninsular.

Se observarmos, agora, a posição relativa das duas grandes «Ilhas Mundiais», enfrentando-se na região polar ártica⁽⁶⁶⁾ segundo a direcção do Norte, a Europa Ocidental, porque excêntrica no conjunto euro-asiático, ocupa uma posição de flanco em relação ao «Heartland Continental Soviético», particularidade que, funcionalmente, a caracteriza como uma possível base avançada do «Heartland Insular Norte Americano» contra a massa continental.

(64) Própria do liberalismo económico inerente ao mundo marítimo.

(65) Definida a Oriente pela linha geral Stettin-Trieste.

(66) Já citado como espaço de circulação fundamental do confronto atómico intercontinental.

Paralelamente, pese embora a limitada extensão costeira que a Europa Ocidental apresenta para o «oceano interior de circulação», os profundos recortes marítimos que a penetram facultam, à potência marítima, a utilização, em profundidade, de linhas de penetração navais e a disponibilidade de locais de protecção para submarinos portadores de mísseis de longo alcance.

Quanto à Europa Oriental⁽⁶⁷⁾ que ocupa a região mais continental da Europa, ela constitui a parte mais significativa do «Heartland Continental Soviético», correspondendo à parcela de espaço onde se situam os seus núcleos de poder fundamentais⁽⁶⁸⁾.

Olhando a Europa no seu conjunto e a sua ligação à «Charneira do Velho Mundo»⁽⁶⁹⁾ verifica-se, ainda, uma notável simetria em termos de subpenínsulas (quase com carácter insular) e de istmos. Assim:

- Entre o mar do Norte e o mar Báltico, a Escandinávia e os estreitos dinamarqueses.
- Entre o mar Mediterrâneo e o mar Negro, a Turquia e os estreitos do Bósforo e do Dardanelos.

Esta particularidade aponta para uma semelhança no sentido global destas regiões: como opinou Célérier, «propiciam uma possibilidade de manobra pelos flancos, remuneradora para qualquer um dos dois Mundos conflitantes — o Livre e o Comunista»⁽⁷⁰⁾.

Porém, as saídas destes dois conjuntos para o «espaço oceânico interior de circulação» têm características diferentes: de facto, enquanto que a Norte as saídas são para mares livres (ou quase), a Sul depara-se-nos um mar fechado — o Mediterrâneo com as suas duas aberturas: Gibraltar a Oeste e o Suez⁽⁷¹⁾ a Este, este último abrindo ao crítico encurtamento da rota para o golfo Pérsico.

⁽⁶⁷⁾ Definida a Oeste pela linha geral Stettin-Trieste, a Este pelos montes Urais e quando estes se esbatem a Norte do mar Cáspio, pelo Turquestão Russo, e, a Sul, pela bacia do baixo e médio Danúbio navegável, pelo mar Negro, pelo Cáucaso e pelo mar Cáspio.

⁽⁶⁸⁾ A região fulcral da URSS e a RDA.

⁽⁶⁹⁾ Onde se articula com os outros subcontinentes da Ilha Mundial.

⁽⁷⁰⁾ Em «Geopolitique et Géostratégie».

⁽⁷¹⁾ A passagem alternativa que liga os prolongamentos marítimos interiores do Atlântico e do Índico, oceanos que, conforme foi ressaltado, integram o «espaço oceânico de interior circulação».

Deste facto resultam diferentes consequências geoestratégicas para o Mundo Ocidental: a Norte as acções conduzidas pelo Leste são, desde logo, directamente ameaçantes, não só para a Europa Ocidental como também para a própria Ilha Norte-Americana, razão porque o Norte escandinavo pode ser considerado como uma cobertura avançada desta última; a Sul, porém, as acções ali conduzidas pelo Leste, ao abrirem a possibilidade da sua extensão pelo Norte de África, em direcção ao Noroeste Africano, ressaltam, numa primeira fase, como ameaça crítica para a Europa Ocidental e, provavelmente só numa segunda fase, para a Ilha Americana⁽²⁾.

Daqui o sentido da África a Norte do Saara como complemento do sistema estratégico da Europa Ocidental e, em termos globais, o reforço do significado da bacia do Mediterrâneo, como espaço de prolongamento da Charneira do Velho Mundo, para Ocidente, até às regiões que controlam o estreito de Gibraltar.

Em termos de segurança, a análise geoestratégica da Europa Ocidental⁽³⁾ e do seu espaço envolvente permite, então, reconhecer a existência de um sistema a quatro componentes:

- A Península Europeia, «fortaleza central», vertebrada pelos Alpes, com a Alemanha a Norte, a Itália Setentrional a Sul, e o corredor francês, conduzindo ao mar e ao estrangulamento ibérico.
- A quase-Ilha Ibérica, «fortaleza ponte» que se articula com a primeira nos Pirenéus e que, abrindo-se a Ocidente ao «espaço oceânico interior de circulação», se debruça a Sul sobre o Magreb para fechar, com o Noroeste Africano, o Mediterrâneo Ocidental⁽⁴⁾.
- Cobrindo as faldas marítimas da massa continental, duas «cortinas» (mal ligadas pelo centro): a Norte, a Península da Escandinávia está voltada para a América⁽⁵⁾ e curva-se sobre a «fortaleza central», olhando as Ilhas Britânicas; a Sul, a Península da Anatólia, integrada na Charneira do Velho Mundo, apoia-se sobre o mundo árabe

⁽²⁾ Esta ameaça refere-a, também, Célérier, justificando-a pela afirmação de que, para quem não dispõe da Europa Ocidental, a sua materialização representa a utilização do caminho mais curto para a América Central.

⁽³⁾ Componente fundamental da Segurança da Ilha Americana e, por conseguinte, do Mundo Marítimo.

⁽⁴⁾ A região interior desta fortaleza funciona como espaço natural de articulação entre a Europa e a África a Norte do Saara.

⁽⁵⁾ De quem, como foi referido, o Norte escandinavo constitui uma cobertura avançada.

e cobre a região Oriental do Norte de África, controlando (com a Grécia) os acessos, pelo Norte, ao Mediterrâneo.

- Nos flancos da «fortaleza central», dois «redutos» com significados complementares: o conjunto insular britânico que, ao barrar no Atlântico Norte os acessos setentrionais⁽⁹⁶⁾, complementa, a Norte, a cobertura daquela «fortaleza»; em posição quase simétrica, a Itália meridional e o seu prolongamento insular siciliano que, ao penetrar o Mediterrâneo Oriental⁽⁹⁷⁾, constitui a cobertura Sul da mesma «fortaleza».

Dentre estas componentes emerge hoje, pelo seu significado, a «fortaleza central», razão por que constitui o espaço fulcral da Europa Ocidental. Importa, porém, sublinhar o carácter sistémico global da sua defesa. Na realidade, só pelo facto de, em termos geoestratégicos, as «cortinas» se se lhe escaparem⁽⁹⁸⁾, ressalta a exigência de uma capacidade acrescida de protecção e apoio a essas fundamentais componentes do subsistema europeu.

Daí o manter-se a imprescindibilidade do sistema de Segurança Regional, consubstanciado na capacidade e credibilidade de actuação no «rimland europeu»⁽⁹⁹⁾, a partir do «Heartland Insular Norte Americano». É numa tal perspectiva que, em termos de circulação, acresce a importância das regiões periféricas da península europeia, entre as quais, pela sua excentricidade, assume particular relevância a «fortaleza ibérica».

4. O «ESPAÇO IBÉRICO»

a. *Análise da Componente Física*

No prolongamento Ocidental da Europa, com a qual se articula através do menos extenso dentre os grandes istmos europeus⁽¹⁰⁰⁾ o «espaço ibérico», considerado no seu sentido lato, é banhado pelos recortes atlân-

⁽⁹⁶⁾ Face à direcção escandinava e, conjuntamente com a Islândia, os «gap» de penetração no Atlântico Norte.

⁽⁹⁷⁾ Onde a posição central da Grécia tem uma importância fundamental.

⁽⁹⁸⁾ Logo, a possibilidade de êxito, em manobras pelos flancos, conduzidas a partir da Europa Oriental.

⁽⁹⁹⁾ Na acepção de Spykman.

⁽¹⁰⁰⁾ Pierre Célérier cita em «Geopolitique e Geostratégie» cinco grandes istmos transversais europeus, sendo o pirenaico (400 km) o mais estreito.

ticos do golfo da Biscaia e do golfo de Cádiz, pelo Atlântico oceânico e pelo Mediterrâneo Ocidental. No seu todo situa-se entre os 43° 47' (¹⁰¹) e os 27° 38' (¹⁰²) de latitude Norte, e os 31° 16' (¹⁰³) e os 8° (¹⁰⁴) de longitude, respectivamente Oeste e Este, logo numa extensa área profusamente cruzada por canais de movimento marítimos, aéreos e terrestres.

O posicionamento das diversas parcelas do «espaço ibérico» permite considerar, para além do seu «interland», uma vasta área interterritorial de soberanias e de influências.

Esta área, com características marítimas e oceânicas, apresenta, sem dúvida, um vincado sentido estratégico, particularmente devido ao facto de ser atravessada pelas principais rotas transcontinentais da parcela atlântica do «espaço oceânico interior de circulação» (¹⁰⁵). O significado deste facto, conjugado com a posição da massa continental, tem hoje um valor acrescentado devido:

- à dependência da Europa de matérias-primas e mercados exteriores;
- à importância do Atlântico Norte como fundamento da defesa do Ocidente (¹⁰⁶);
- ao Mediterrâneo, espaço crítico que dá sentido ao prolongamento ocidental da «Charneira do Velho Mundo»;
- à crise em desenvolvimento no Médio Oriente (que controla as rotas marítimas e terrestres alternativas) e à instabilidade na África do Norte.

Quanto ao «interland» peninsular ibérico, situado no extremo Sudoeste do Continente Europeu (que aprofunda em mais de 1000 Km a partir dos Pirenéus), ele pode ainda constituir uma posição bloqueante em relação ao balanceamento de forças navais entre o Atlântico e o Mediterrâneo.

(¹⁰¹) Estaca de Bares (Corunha — Espanha).

(¹⁰²) Ponta dos Saltos (Canárias — Espanha).

(¹⁰³) Ponta do Baixio (Açores — Portugal).

(¹⁰⁴) Ponta Esperó (Baleares — Espanha);

(¹⁰⁵) O fluxo de tráfego veiculado representa cerca de 2/3 das importações de petróleo e mais de metade das importações de outras matérias-primas essenciais à Europa.

(¹⁰⁶) Logo a necessidade de garantir a capacidade de vigilância e controlo deste espaço de circulação para salvaguarda da sua livre utilização (para além da utilização do espaço aéreo adjacente, cerca de 500 navios, em permanência, na área atlântica referida).

O «espaço ibérico» reparte-se por duas regiões políticas, Espanha e Portugal, qualquer delas constituídas por regiões continentais e insulares⁽¹⁰⁷⁾. A primeira destas regiões apresenta uma importante massa na Península com características de «posição mista ou continental» e, em conjunto com os seus territórios insulares, detém as posições mais a Norte, a Sul e a Oriente do conjunto ibérico. A segunda daquelas regiões, ocupando cerca de 1/5 da Península, estende-se pela quase totalidade da sua faixa atlântica ocidental, apresentando, assim, as características de «posição litoral» e, em conjunto com os seus territórios insulares, ocupa a posição mais a Ocidente do mesmo conjunto.

A análise da «posição» aponta, então, numa primeira análise, para:

- A Espanha, no prolongamento directo da Europa Peninsular através do istmo pirenaico, debruçando-se sobre o golfo da Biscaia e sobre o Noroeste Africano, com o qual se articula no estrangulamento marítimo de Gibraltar, fecha e controla o Mediterrâneo Ocidental e a sua comunicação com o Atlântico.
- Portugal, fronteiro oceânico da Península, com uma inserção profunda no interior do Atlântico, constitui um espaço de articulação transcontinental com a Ilha Americana.

Em face do actual estágio da evolução tecnológica, a posição periférica da Espanha e de Portugal (em relação quer à Europa quer à África) ressalta, assim, como uma conjugação de espaços político-estratégicos de ligação entre a Europa Peninsular (onde se inserem), a África do Norte e a América Atlântica.

A superfície total do «espaço ibérico» (aproximadamente 597 mil Km²) divide-se com grande desigualdade pelas duas regiões políticas por que se reparte⁽¹⁰⁸⁾. A superfície da Espanha⁽¹⁰⁹⁾, que quase iguala a da França⁽¹¹⁰⁾,

⁽¹⁰⁷⁾ Espanha: espaço continental, arquipélagos das Baleares no Mediterrâneo e das Canárias sobre a costa atlântica do Noroeste Africano, e os territórios de soberania do Norte de África (Ceuta e Melilla).

Portugal: espaço continental e arquipélagos dos Açores e da Madeira no oceano Atlântico.

⁽¹⁰⁸⁾ Em valores globais, a superfície de Espanha é cerca de 5,5 vezes superior à de Portugal.

⁽¹⁰⁹⁾ Cerca de 504 750 km².

⁽¹¹⁰⁾ Que, sem considerar o território europeu da URSS, é o país europeu mais extenso (547 026 km²) da Europa.

conjugada com os seus recursos e efectivo populacional⁽¹¹¹⁾ e com a sua capacidade industrial⁽¹¹²⁾, acresce, significativamente, o valor conferido pela posição ao «espaço ibérico». Portugal, embora sem extensão significativa, tem, em termos relativos, uma elevada densidade de população⁽¹¹³⁾ e uma faixa costeira oceânica no continente, cuja orientação, condições naturais, grau de desenvolvimento e facilidades portuárias contribuem para a valorização daquele mesmo espaço.

A configuração global do «espaço ibérico» apresenta características de descontinuidade polarizada na quase-ilha ibérica, a qual se caracteriza por uma elevada compacidade.

Na Península, a Espanha, com uma continentalidade acentuada (1 Km de costa por 156 Km² de superfície), tem fronteiras terrestres com a França e Andorra⁽¹¹⁴⁾, com Portugal que envolve pelo Norte e Este⁽¹¹⁵⁾, e um limite de 1 km com Gibraltar; o total das suas costas na Península⁽¹¹⁶⁾ reparte-se pelo golfo da Biscaia, Atlântico euro-africano e Mediterrâneo que privilegia; no restante território tem fronteiras em Marrocos⁽¹¹⁷⁾.

Portugal, que tem uma só fronteira histórica e distanciadora⁽¹¹⁸⁾ com um único país, a Espanha, apresenta na Península, dada a sua extensão Norte-Sul e a pequena profundidade Este-Oeste (1 Km de costa por 106 Km² de superfície), 850 Km de praias abertas ao oceano⁽¹¹⁹⁾; os seus dois conjuntos insulares, totalmente inseridos no Atlântico Norte, penetram este oceano para Sudoeste e Oeste em cerca de 1000 e 1400 km.

As distâncias entre as diversas parcelas de qualquer dos dois países são compatíveis com a escala de valores das distâncias na Europa Ocidental.

(111) Exceptuando a URSS, a Espanha ocupa o quinto lugar entre os países europeus (ultrapassou os 37,5 milhões de habitantes).

(112) A décima potência industrial do Mundo, com um PNB oito vezes superior ao de Portugal.

(113) 105 hab./km², face a 72, em Espanha.

(114) 712 km no istmo pirenaico.

(115) Num total de 1232 km.

(116) 867 km na costa cantábrica, 1367 na costa atlântica (1064 de intensos e hostis recortes a Noroeste e 303 a Sul), e 1670 na costa mediterrânica, num total de 3904 km.

(117) No total, a sua periferia continental, insular e territorial de soberania estende-se por 5289 km.

(118) As faixas fronteiriças de Espanha e Portugal são, em geral, pouco humanizadas (rarefeitas e com um baixo nível de desenvolvimento — somente 15 por cento do comércio externo dos dois países se processa através da fronteira terrestre).

(119) Privilegia a fachada ocidental com 675 km.

A conjugação da posição, extensão e configuração, permite reforçar o carácter continental e marítimo da Espanha e o carácter litoral e oceânico de Portugal, países cujo valor geoestratégico é sem dúvida reforçado pelos territórios insulares, os quais, por sua vez, assumem um significado acrescido pela sua adequada proximidade em relação à Península Ibérica.

De facto, a importância das Baleares no controlo do Mediterrâneo Ocidental, a das Canárias que, sobranceiras ao Noroeste Africano, controlam os acessos marítimos, pelo Sul, ao Mediterrâneo, bem como a dos Açores, em posição particularmente adequada ao controlo duma vasta área do Atlântico Norte e quase imprescindível ao apoio (reforço rápido) à Europa Ocidental e ao esforço de contenção na «Charneira do Velho Mundo» (lançados a partir do «Heartland Insular Norte Americano»), e ainda a da Madeira que, no limite Sul da actual área coberta pela OTAN, está em condições de apoiar as rotas que da América demandam o Mediterrâneo e das que do Sul se dirigem à Europa do Norte, são realidades diversas. As suas dimensões estratégicas, em termos de defesa do Ocidente, só atingem a sua plenitude se associadas em subsistemas diferenciados, mas complementares, para operarem em conjugação com as peculiaridades geoestratégicas das duas regiões políticas na Península. Assim, as Baleares e as Canárias apresentam-se funcionalmente ligadas a uma capacidade de influência sobre o Noroeste Africano e ao controlo do Mediterrâneo Ocidental e do crítico estreito que liga este mar ao oceano Atlântico, importantes funções geoestratégicas a que só a extensa e compacta plataforma continental do território espanhol dá sentido. Por outro lado, os Açores e a Madeira apresentam-se funcionalmente ligados à possibilidade de vigilância e apoio de rotas que desfilam ao longo da costa atlântica ocidental da Península, bem como às facilidades de amarração e interiorização proporcionadas pelas características e suficiente profundidade da faixa costeira ocidental peninsular, funções estas específicas da posição litoral do Portugal continental.

No que às massas emersas diz respeito, o espaço ibérico é, no seu conjunto, uma das regiões mais acidentadas da Europa⁽²⁰⁾, razão porque,

⁽²⁰⁾ Embora a máxima altitude não ultrapasse os 3718 m (Canárias), a altitude média roça os 700 m.

na caracterização física da Península, o relevo constitui o elemento dominante.

Sinteticamente, poderemos considerá-lo constituído por uma extensa zona de altiplanície — a Meseta Ibérica —, que, orlada por rebordos abruptos⁽¹²¹⁾, ocupa a maior parte da sua superfície. Esta zona forma, no seu interior, como que dois tabuleiros diferenciados designáveis por Submesetas Setentrional⁽¹²²⁾ e Meridional⁽¹²³⁾, entre as quais se interpõe o sistema Divisório Central: a do Norte corresponde à bacia hidrográfica do rio Douro e a do Sul às bacias do Tejo e do Guadiana, estas difusamente independentalizadas pelos montes de Toledo. Para além desta zona podem distinguir-se ainda: os maciços exteriores, formados pelas agrestes montanhas dos Pireneus⁽¹²⁴⁾ e pela cordilheira Bética, a qual, embora adoçando-se, se prolonga na direcção dos contrafortes Sul do Sistema Ibérico; as três depressões terciárias, periféricas, constituídas pela bacia do Ebro (ou vale Ibérico) a Este, o vale do Guadalquivir (ou depressão Bética) a Sul, e as bacias do Tejo e Sado, das quais, as duas primeiras, em Espanha⁽¹²⁵⁾, penetram a Península encaixadas entre os maciços exteriores e a Meseta, e a terceira, em Portugal, constitui o molhe oceânico, natural, da Meseta Ibérica.

No conjunto peninsular, a inclinação geral da Meseta Ibérica, com o seu rebordo mais alto, a Oriente, faz com que, à excepção do Ebro, os principais rios corram para Ocidente.

O clima, em consonância com a posição, corresponde ao das regiões meridionais da zona temperada; sujeito às influências do continente Europeu⁽¹²⁶⁾, do Atlântico⁽¹²⁷⁾, de África⁽¹²⁸⁾ e do Mediterrâneo⁽¹²⁹⁾, é também fortemente condicionado e modificado pela disposição do relevo, o que dá origem, na vasta região do interior peninsular, às suas características con-

(121) Os montes Cantábricos a Norte, o Sistema Ibérico a Este e a serra Morena a Sul.

(122) Planalto de Castela-a-Velha e de Leão.

(123) Planalto de Castela-a-Nova, Estremadura espanhola e Alentejo português.

(124) Implantadas sobre a quase totalidade do istmo ibérico.

(125) Nestas depressões estão implantadas, com excepção da de Torrejon (Madrid) e as dos arquipélagos, as principais bases espanholas que constituem facilidades para os EUA: Moran (Sevilha) e Rota, na do Guadalquivir, e Sanjurno (Saragoça) na do Ebro.

(126) Particularmente a Norte com precipitações abundantes e limitação das amplitudes térmicas.

(127) Particularmente na faixa ocidental, com abundância de precipitação e nevoeiros (adoçada, particularmente para Norte, pela corrente do Golfo).

(128) A Sul e Sudeste com grande insolação, luminosidade e secura (com manifestações do clima das regiões semidesérticas e desérticas).

(129) Para Este, na faixa costeira, amenizando a influência africana.

inentais, com um regime térmico extremado⁽¹³⁰⁾ e escassez de chuvas, particularmente no Verão.

O solo Ibérico apresenta três tipos de formações: a silicogranítica, ocupando fundamentalmente o ocidente peninsular, a calcárea, que ocupa a faixa subpirenaica, o Sistema Ibérico em geral e a faixa costeira mediterrânica, e uma outra argilosa que compreende as duas Castelas e as depressões periféricas. O tipo de solo, associado ao relevo, ao clima, à cobertura e à humanização apontam para que: a área silicogranítica, de relevo ondulado, quebrado por serras e bosques, com abundância de águas, com a população normalmente dispersa e com fraca disponibilidade de recursos, se caracterize como logisticamente adversa, vulnerável aos efeitos dos meios NBQ, e, como zona de refúgio tradicional, é favorável à defesa, inclusivamente por processos irregulares; a área calcárea, de formas amesetadas, rodeadas por profundos barrancos e desfiladeiros, florestada e mais densamente povoada, se caracterize pelas excelentes posições tácticas defensivas que propicia e por sinalizar os movimentos no Verão, dificultando-os no Inverno; a área argilosa, de relevo ondulado e agricolamente rica, se apresente como uma zona de comunicação aberta com o povoamento concentrado, vulnerável, no Inverno, aos efeitos dos meios NBQ, e constituindo terreno adequado ao emprego de grandes unidades mecanizadas e blindadas, muito embora as chuvas lhes possam limitar, intensamente, a manobra fora dos itinerários.

Quanto às regiões insulares do espaço ibérico elas são, com excepção das Baleares, em geral montanhosas; do ponto de vista climático, caracterizam-se de acordo com as suas funções geoestratégicas: as Baleares mediterrânicas, as Canárias enfrentando o Saara, a Madeira e, particularmente, os Açores, singularmente oceânicas.

Esta caracterização muito sucinta dos traços fundamentais da componente horizontal do «espaço ibérico» permite detalhar as suas características defensivas, tendo em vista a sua interacção, no quadro da actual conjuntura estratégica, com a componente vertical desse mesmo espaço.

A «fortaleza poente» da Europa Ocidental constitui, sem dúvida, um excepcional espaço natural defensivo, dotado de uma forte couraça física

⁽¹³⁰⁾ Com a peculiaridade da verificação dos mínimos invernais na Meseta Superior e dos máximos estivais na Meseta Inferior.

e moral, cujo valor só é mitigado pela relativa escassez de recursos. Guardam-se 37 milhões de espanhóis e 9 milhões de portugueses.

Dispondo de dois terraços interiores, é muralhada a todos os azimutes, salvo a Ocidente onde se abre numa ampla gola — as prais lusitanas ⁽¹³⁾. Nas direcções mais perigosas, face às possibilidades de manobra do «Heartland Continental Soviético», as suas defesas reforçam-se: a Norte as características das costas, apoiadas na natureza dos montes Cantábricos, faz face à hipótese de um braço setentrional da possível «tenaz anfíbia»; na continuidade do continente europeu, enfrenta a ameaça terrestre com um istmo de apenas 400 Km, dotado de uma fortíssima barreira avançada (os Pirenéus) que deixa, apenas, duas exíguas passagens nos seus contrafortes Ocidental e Oriental (estas passagens dão entrada para um fosso — o vale do Ebro — que se fecha frente ao Sistema Ibérico); a Sudeste, deixando de permeio a depressão do Guadalquivir, antepõe à serra Morena a formidável cordilheira Bética, a qual, debruçada sobre o mar, faz face à hipótese de um braço meridional da «tenaz anfíbia».

Como potencialidade acrescida da «fortaleza ibérica» surge o território português continental, particularmente apto, pelas suas características, a constituir um espaço de amarração transoceânico do «Heartland Insular Norte Americano»; ele constitui a área da retaguarda da «fortaleza», através da qual por «sea-lift» poderá ser reforçada a sua capacidade defensiva. Ressalta aqui, portanto, a imprescindibilidade da articulação sistémica das três parcelas do território português e do espaço oceânico interterritorial que as une, como melhor forma de dar consistência à sua função geoestratégica, consubstanciada na livre utilização deste conjunto como espaço de controlo e apoio a todos os azimutes, razão que aponta para a garantia da defesa terrestre das suas três componentes como um imperativo prioritário.

As considerações tecidas acerca do Factor Físico revelam que se pode transpor para o «espaço ibérico» a realidade encontrada na Península Europeia. Nesta, a Europa Ocidental, em contiguidade física com o «Heartland Continental Soviético» revela-se, geograficamente, como marítima,

⁽¹³⁾ Conjunto onde ressalta a bacia terciária do Tejo e Sado e a Orla Mesozóica Ocidental (de Aveiro ao cabo Raso, com vértice em Coimbra).

sentido este reforçado pelos seus prolongamentos insulares⁽¹²²⁾ — daí o sentido da bacia do Atlântico Norte⁽¹²³⁾ como fundamento da OTAN, portanto da estreita articulação entre a Europa Ocidental e o «Heartland Insular Norte Americano». De forma idêntica, a parcela do território português na Península, em contiguidade física com a Espanha continental e marítima, revela-se, geograficamente, como oceânica, sentido este reforçado pelos seus prolongamentos insulares dos Açores e da Madeira — daí a natural inserção de Portugal no SACLANT.

Em termos de defesa a Península surge, assim, desdobrada em duas componentes: uma directamente respeitante à defesa da Europa Marítima (com particular pendor para a bacia do Mediterrâneo) e a outra, voltada para a chave da credibilidade desta capacidade de defesa — a rentabilização do reforço norte-americano, através do Atlântico Norte.

b. *As Funções Geoestratégicas Peninsulares*

Integrada na «grande península Euro-Asiática» que a Europa Ocidental constitui, a subpenínsula Ibérica (com características quase insulares) representa um espaço de indiscutida importância na estratégia do Bloco Ocidental.

Do ponto de vista geoestratégico, esta «fortaleza poente» da Europa projecta-se no Atlântico Norte⁽¹²⁴⁾, debruça-se sobre o Noroeste Africano⁽¹²⁵⁾ e fecha, a Oeste, o Mediterrâneo Ocidental⁽¹²⁶⁾.

Uma das suas peculiaridades mais relevantes assenta no facto de a sua massa continental (presentemente caracterizável como uma Região Estratégica), conjugada com os arquipélagos atlânticos e mediterrânico (partes integrantes das duas Regiões Políticas em que se subdivide), permitir uma nítida diferenciação em duas «funções geoestratégicas» distintas.

Uma, oceânica, de preponderância portuguesa — conjunto formado por um quase-arquipélago, cujo espaço oceânico de circulação é atravessado

(122) As ilhas Britânicas e Mediterrânicas, e as quase-ilhas escandinava, dinamarquesa, grega, italiana e ibérica.

(123) Ou Bacia do Oceano Médio na acepção de Mackinder, em 1943.

(124) Área fundamental do «espaço oceânico de interior circulação».

(125) Parte integrante do complemento estratégico da Europa que é o Magreb.

(126) Constituindo, assim, o ferrolho europeu do prolongamento ocidental da «Charneira do Velho Mundo».

pelas rotas que, da grande Ilha Americana se dirigem aos países ribeirinhos da Europa Atlântica e da bacia do Mediterrâneo, e pelas que, ao longo da rota do Cabo, demandam o Norte da Europa. As suas massas emersas constituem importantes pontos de apoio para a capacidade de intervenção estratégica, com meios convencionais, do «Heartland Insular Norte Americano» na Europa Ocidental, no Norte de África e no Médio Oriente.

Uma outra, continental e marítima, de preponderância espanhola — conjunto que, vincadamente centrado na significativa expressão da sua massa peninsular, se afigura como «placa giratória» (em relação ao TO da Europa Central, ao flanco Sul da OTAN e ao TO Norte Africano), com uma extensão, uma configuração e um poder efectivo, adequados à materialização de um esforço estratégico e à impulsão e dinamização correspondentes; a sua posição, conjugada com a das suas parcelas insulares e territórios de soberania, faculta-lhe, ainda, um papel decisivo no controlo do Mediterrâneo Ocidental e no Noroeste Africano e, através do domínio do estreito de Gibraltar, uma função geobloqueante em relação ao balanceamento de forças navais entre o Atlântico e o Mediterrâneo.

No seu escorregamento, historicamente reiterado, da Península para o oceano, Portugal surge então, na actual conjuntura⁽¹³⁷⁾, como um pluri-espaço de articulação entre a Zona da Interior Norte-Americana e a plataforma europeia⁽¹³⁸⁾. Significa isto um sistema charneira que, assente em três rótulas com funções complementares, propicia uma faixa de continuidade espacial, no Atlântico Norte⁽¹³⁹⁾, entre o Novo e o Velho Mundos — componente crítica do fundamento estratégico da Aliança Atlântica.

Porque uma tal função representa uma possibilidade acrescida de vigilância, controlo e intervenção nos sistemas de circulação⁽¹⁴⁰⁾, é pacífico em termos da OTAN que interessa utilizá-la em seu proveito, negando-a ao adversário.

Em termos nacionais, o valor real da potencialidade geoestratégica de Portugal afirma-se pela credibilidade de um ajustado nível⁽¹⁴¹⁾ de capacidade

(137) Quer em termos de Estratégia directa como indirecta.

(138) No qual se inclui o interior peninsular ibérico.

(139) A coberto das ameaças aéreas convencionais.

(140) Vectores transportadores marítimos, aéreos e espaciais, e, comunicações.

(141) Compatível com as suas potencialidades intrínsecas, complementadas pela ajuda externa.

de defesa autónoma das suas parcelas territoriais e, complementarmente, pelo sentido de utilidade implícito à presença e vigilância no espaço inter-territorial de circulação.

Do ponto de vista da Aliança Atlântica, no quadro da qual Portugal procura complementar a defesa de interesses vitais (em matéria de segurança e desenvolvimento), o seu contributo será tanto mais válido quanto mais funcionalmente se adaptar aos interesses de conjunto, tanto regionais como globais.

O processo de compatibilização entre o que é, política e estrategicamente, vital para o País e útil à Aliança constitui a atitude mais eficiente de garantir segurança, não só porque é premissa de um mais eficaz aproveitamento dos meios materiais como também porque é condição de inteligibilidade de aceitação de riscos, portanto um reforço da vontade nacional.

Entendida, assim, nos quadros nacionais, no regional e no global, a defesa da Península assenta, fundamentalmente, no entendimento, pelas Nações peninsulares, do efeito multiplicador da sua conjugação de esforços, em complementaridade, segundo as suas especificidades geoestratégicas.

Com este pressuposto, a Espanha e Portugal reforçarão, inequivocamente, as muralhas da «fortaleza poente» da Europa Marítima com o cimento da diferença fraterna das suas identidades, numa afirmação de vontade na defesa do Mundo Ocidental, por cujo universalismo são historicamente responsáveis.

Instituto de Altos Estudos Militares, 27 de Abril de 1984.

João Carlos de Azevedo de Araújo Galdes

Coronel Engenheiro